DIREITO DO TRABALHO

51) Com relação às férias, é **incorreto** dizer que:

a) na modalidade do regime parcial, após cada período de doze meses, o empregado terá direito a férias, fixada sua duração de acordo com o número de horas trabalhadas por semana;

b) na modalidade de regime normal, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, reduzida sua duração de acordo com o número de faltas ao serviço;

c) durante as férias o empregado poderá prestar serviços a outro empregador, se estiver obrigado a fazê-lo mediante contrato de trabalho mantido com aquele;

d) para os embarcadiços, as férias serão concedidas parceladamente, nos portos de grande estadia do navio, assim considerada a permanência no porto por prazo excedente a 10 (dez) dias;

e) aos empregados com mais de 50 (cinqüenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

52) Assinale a alternativa **correta** a respeito do contrato de trabalho do vendedor viajante ou pracista:

a) só será válido o contrato se o empregado for cadastrado no registro do órgão de classe, além do pagamento da anuidade de inscrição;

b) o vendedor viajante não poderá permanecer em viagem por tempo superior a seis meses consecutivos. Em seguida a cada viagem haverá um intervalo para descanso, calculada na base de 3 (três) dias por mês de viagem realizada, não podendo, porém, ultrapassar a 15 (quinze) dias;

c) quando for prestado serviço de inspeção e fiscalização pelo empregado vendedor, ficará a empresa vendedora obrigada ao pagamento adicional de 5% (cinco por cento) da remuneração atribuída ao mesmo;

d) a zona de trabalho do empregado vendedor só poderá ser ampliada ou restringida mediante acordo coletivo de trabalho, demonstrada a existência de motivo de força maior ou pedido expresso do empregado;

e) tratando-se de transação a ser concluída com comerciante ou empresa estabelecida noutro Estado ou no estrangeiro, o prazo para aceitação ou recusa da proposta de venda será de 30 (trinta) dias.

53) Ao trabalho feminino, aplicam-se as normas

53) Ao trabalho feminino, aplicam-se as normas

específicas que se referem à mulher, como normas especialíssimas, e as do trabalho masculino, quando com aquelas não colidirem. Em razão disso, assinale a resposta **incorreta**:

a) é vedado impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;

b) toda empresa é obrigada a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;

c) as vagas dos cursos de formação de mão-de-obra, ministrados pelos empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissionalizante por eles contratados, serão reservadas em 50% (cinqüenta por cento) para as mulheres;

d) a pessoa jurídica poderá associar-se a entidade de formação profissional, sociedades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmar convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de projetos relativos ao incentivo ao trabalho da mulher;

e) é garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, a dispensa do trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, 6 (seis) consultas médicas e demais exames complementares.

54) A Recomendação nº 117 da Organização Internacional do Trabalho, de 1962, expõe que " a formação não é um fim em si mesma, senão meio de desenvolver as aptidões profissionais de uma pessoa, levando em consideração as possibilidades de emprego e visando ainda a permitir-lhe fazer uso de suas potencialidades como melhor convenha a seus interesses e aos da comunidade." Assim, com relação ao trabalho do menor e a aprendizagem, é **correto** afirmar:

a) é facultado aos responsáveis legais de menores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, quando a situação familiar for suficiente para mantê-los;

b) o Juiz da Infância e Juventude poderá autorizar ao menor o trabalho em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés e na venda, a varejo, bebidas alcoólicas, desde que se certifique ser a ocupação indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos;

c) o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze anos e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação;

d) o contrato de aprendizagem terá duração de dois anos, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual ou inferior período, a fim de possibilitar o término de curso profissionalizante;

e) podem fornecer cursos de aprendizagem, de forma concorrente, as escolas técnicas de educação, as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e os serviços nacionais de aprendizagem.

55) O *caput* do art. 7º da Lei Maior estatui: “”São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social...” Este dispositivo consagra um princípio cardeal no Direito do Trabalho, assegurando um mínimo de garantias sociais para o empregado, passível de tratamento mais benéfico pela vontade das partes ou outra fonte do Direito. Trata-se de qual princípio?

a) Princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas;
b) Princípio da proteção;
c) Princípio da irredutibilidade salarial;
d) Princípio do *in dubio pro operario;*
e) Princípio da isonomia.

56) Diz-se, em relação ao empregado, que o contrato de trabalho é concluído *intuitu personae.* Analise as proposições abaixo, assinalando a resposta **correta**:

I - A pessoalidade é uma das notas típicas da relação de emprego;

II - O pacto de trabalho origina para o empregado uma obrigação de fazer que não é fungível;

III - A obrigação de prestar o serviço é personalíssima e, portanto, intransmissível;

IV - A morte do empregado dissolve, *ipso facto*, o contrato;

V - O empregado não pode fazer-se substituir na empresa em que trabalha - salvo se o empregador consente.

a) todas as alternativas estão corretas;
b) todas as alternativas estão incorretas;
c) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
d) apenas as alternativas II e V estão corretas;
e) apenas a alternativa II está incorreta.

57) Cosme e Damião eram empregados da Concretur, empresa do ramo da engenharia, e membros da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; o primeiro, representante dos empregados, ocupava o cargo de diretor , enquanto o segundo, representante do empregador, presidia a respectiva comissão. Ambos foram supreendidos com a comunicação de dispensa, sem justo motivo, no curso de seus mandatos. Propuseram ação trabalhista reivindicando a reintegração no emprego . À luz do art. 10, II, “a” do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, escolha a alternativa **correta** para decidir a questão:

a) ambos fazem jus à estabilidade provisória pela condição de cipeiros;

b) inexiste qualquer estabilidade no caso em tela;

c) apenas Cosme faz jus à estabilidade provisória;

d) apenas Damião faz jus à estabilidade provisória;

e) a concessão da estabilidade provisória dependerá do motivo ensejador da resilição contratual.

58) Em relação à jornada de trabalho do aeronauta (Lei nº 7.183/84), analise as proposições abaixo e, a seguir, escolha a alternativa **correta**:

I - A duração da jornada de trabalho do aeronauta será de onze horas, se integrante de uma tripulação composta;

II - A duração da jornada de trabalho do aeronauta será de vinte horas, se integrante de uma tripulação de revezamento;

III - Haverá repouso de vinte e quatro horas, após jornada de mais de quinze horas;

IV - A folga deverá ocorrer , no máximo, após o sexto período consecutivo de até vinte e quatro horas à disposição do empregador;

V - A jornada será considerada encerrada trinta minutos após a parada final dos motores.

a) todas as alternativas estão corretas;
b) todas as alternativas estão incorretas;
c) apenas a alternativa I está incorreta;
d) apenas a alternativa V está incorreta;
e) apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

59) Determinada empresa de reflorestamento, cuja atividade é preponderantemente rural, pretende contratar um empregado para exercer a função de motorista. À luz da jurisprudência do TST, este empregado:

0. não pode ser considerado trabalhador rural, vez que os motoristas integram categoria diferenciada, cujas convenções coletivas estabelecem direitos e vantagens específicas, considerando o desgaste na condução do veículo;

a) é trabalhador rural, porque trabalha no âmbito da empresa cuja atividade é preponderantemente rural, considerando que, de modo geral, não enfrenta o trânsito das estradas e cidades;

b) é trabalhador doméstico;

c) poderá ser considerado trabalhador rural ou urbano, dependendo da norma mais favorável;

d) somente poderá ser contratado como trabalhador urbano, em razão de sua atividade profissional específica.

60) Marque a opção **correta** relativa às características do contrato de trabalho:

a) bilateral, consensual, oneroso, da classe dos comutativos e de trato sucessivo;

b) bilateral, gratuito, sinalagmático, real e de trato sucessivo;

c) unilateral, comutativo, oneroso e de trato sucessivo;

d) bilateral, solene, consensual, oneroso, sinalagmático e de trato sucessivo;

e) bilateral, tácito, oneroso, solene e de trato sucessivo;

61) Ulisses iniciou sua atividade laborativa em uma indústria, no ano de 1980. Dois anos após, foi promovido a assessor, percebendo gratificação de função correspondente ao dobro do salário original. Em 1994, foi destituído da função de confiança, com reversão ao cargo anterior e supressão da gratificação. Com base no entendimento jurisprudencial do TST, assinale a alternativa **correta**:

a) é válida a determinação do empregador no que concerne à reversão e perda da gratificação, haja vista a alteração da função e o poder potestativo patronal;

b) a empresa somente poderia revertê-lo ao cargo anterior incorporando a gratificação recebida, a razão de 1/12 por ano de comissionamento;

c) em nenhuma hipótese Ulisses poderia deixar de exercer a função de assessor, haja vista o direito adquirido;

d) a empresa somente poderia revertê-lo ao cargo efetivo, desde que mantivesse a gratificação percebida;

e) a empresa somente poderia revertê-lo ao cargo efetivo incorporando a gratificação dos últimos doze meses.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

62) Analise as proposições abaixo e assinale, a seguir, a resposta correta com relação às Convenções e os Acordos Coletivos:

I - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho;

II - os Acordos Coletivos de Trabalho só poderão ser celebrados pelos Sindicados por deliberação de Assembléia especialmente convocada para esse fim, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos interessados , e em segunda, 1/3 (um terço) dos membros;

III - os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável, serão passíveis da multa neles fixadas;

IV - as empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical poderão celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos empregados, sempre por intermédio das respectivas Federações;

V - as modificações introduzidas em Convenção ou Acordo, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas, passarão a vigorar cinco dias após a publicação no Diário Oficial local.

a) as proposições I e V estão corretas;
b) as proposições I e IV estão corretas;
c) as proposições II e III estão erradas;
d) as proposições I e III estão corretas;
e) as proposições II e V estão erradas.

63) A respeito das garantias sindicais, é **correto** dizer que:

a) todos os membros da comissão de estudos de prerrogativas do sindicato detêm garantia de emprego pelo prazo de até um ano após o término do mandato;

b) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, ainda que suplente, até um ano após, salvo se cometer falta grave nos termos da lei;

c) o dirigente sindical tem direito ao afastamento do serviço, a título de licença remunerada, pelo tempo em que se ausentar do trabalho para o desempenho de suas funções junto ao órgão de classe;

d) havendo menos de cinco filiais da mesma rede empresarial na base territorial, só poderão se afastar do trabalho, de forma concomitante, dois dos empregados de cada filial, eleitos para compor a direção do sindicato;

e) para fins de garantia de emprego, a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este comprovante no mesmo sentido.

64) Em princípio, a greve não pode ser deflagrada durante a vigência de convenção ou acordo coletivo e de sentença normativa, **exceto**:

I – A paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento da cláusula ou condição;

II - A paralisação seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho;

III - Quando autorizada pelo Ministério Público do Trabalho, atuando como órgão agente;
IV - A paralisação envolva trabalhadores que prestem serviços ou atividades essenciais;

V - Em nenhuma hipótese a greve poderá ser deflagrada na vigência de convenção ou acordo coletivo e sentença normativa.

Marque a alternativa **correta**:

a) todas as proposições são verdadeiras;
b) apenas as proposições II e V são falsas;
c) apenas a proposição V é verdadeira;
d) apenas as proposições I e II são verdadeiras;
e) apenas as proposições III e IV são falsas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

65) Sobre a exceção de pré-executividade, esse meio excepcional de defesa, pode-se afirmar:

I - Constitui uma possibilidade conferida ao devedor para que este, antes mesmo de ver seus bens constritos, ingresse no processo de execução com o objetivo específico de demonstrar a inexigibilidade do título executivo;

II - Na exceção de pré-executividade não há garantia do juízo;

III - Deve ser apresentada após a citação do devedor e antes da penhora;

IV - Suspende o prazo para oferecimento dos bens à penhora pelo devedor ou a indicação dos bens penhoráveis pelo credor;

V - A decisão judicial que acolhe a exceção de pré-executividade, extinguindo, total ou parcialmente, a execução desafia a interposição do agravo de petição.

Analise as proposições supracitadas e assinale a alternativa **correta**:

a) todas as alternativas estão incorretas;
b) todas as alternativas estão corretas;
c) apenas a alternativa II está incorreta;
d) apenas as alternativas I, II e III estão corretas;
e) apenas a alternativa IV está incorreta.

66) No mês de dezembro de 2003, Guilherme, Marcelo e Ricardo, contratados em Teresópolis para trabalhar no Rio de Janeiro, foram dispensados injustamente e nada receberam. Diante disso, propuseram ação trabalhista, contra o empregador, em rito ordinário, que veio a ser distribuída à 2ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Em resposta à ação, o réu ofereceu exceção de incompetência, dizendo que, para apreciar o dissídio coletivo, a competência seria do foro do local da contratação. O Juiz suspendeu o processo e assinou o prazo de 24 horas para que os autores se manifestassem. Assinale a resposta **incorreta**:

a) tratava-se de dissídio individual plúrimo;

b) a competência seria da Vara do Trabalho do Rio de Janeiro;

c) era cabível a suspensão do processo pelo prazo de 10 (dez) dias para manifestação dos exceptos;

d) havendo necessidade da produção de prova testemunhal, o Juiz designaria audiência de instrução e julgamento;

e) da decisão a ser proferida quanto à exceção não caberia recurso imediato.

67) O Ministério Público do Trabalho propôs ação civil pública contra determinado município, pretendendo a declaração de nulidade dos contratos de prestação de serviços por intermédio de cooperativas e a realização, imediata, de concurso público para admissão de empregados. Os fatos eram incontroversos. A instrução foi encerrada e, a seguir, observados os trâmites legais, foi proferida a sentença. O pedido foi julgado procedente e, na sentença, o Juiz assinou um prazo de seis meses para o seu cumprimento, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais), além do pagamento da indenização de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a título de reparação por dano moral coletivo, como pretendido. O município não recorreu, mas impetrou mandado de segurança, argüindo a nulidade da sentença, em razão da falta de legitimidade do Ministério Público do Trabalho e por ter sido cominado pagamento de multa que não fora objeto do pedido.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **correta**:

I - O Ministério Público era parte legítima por se tratar de defesa de direitos difusos, atingindo toda a sociedade, na medida em que não obedecido o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, ao deixar o município de promover concurso público para a admissão de empregados, utilizando-se indevidamente de cooperativas;

II - A cominação de multa para cumprimento das obrigações de fazer decorre de texto de lei e independe de pedido da parte, ainda que esteja em juízo órgão da Administração Pública direta ou indireta;

III - A falta de recurso específico do Município fez operar o trânsito em julgado da sentença, eis que a impetração de mandado de segurança não substitui o recurso adequado, e tampouco, interrompe o prazo recursal;

IV - Para ser vitorioso, o Município deveria ter alegado no mandado de segurança a subversão da ordem processual, por não ter sido assegurado o direito a produção de provas;

V - O mandado de segurança deveria ter questionado apenas os elevados valores arbitrados, já que se trata de entidade de direito público, subordinada às regras administrativas de previsão orçamentária;

a) os itens I, II e III estão totalmente corretos;
b) os itens II, III e IV estão totalmente corretos;
c) os itens I e V estão totalmente errados;
d) os itens I e II estão totalmente corretos;
e) os itens IV e V estão totalmente corretos.

68) Leonardo, auxiliar de escritório, propôs ação trabalhista pretendendo somente a condenação da Serraria Pica-Pau no pagamento de adicional insalubridade e dos reflexos daí decorrentes nos consectários do contrato de trabalho. A ré não compareceu à audiência, deixando de oferecer resposta à ação. O Juiz, ainda, assim, determinou a produção da prova pericial. Leonardo não se conforma com a atitude do Juiz.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **incorreta**:

I - A Serraria Pica-Pau tornou-se revel, sofrendo os efeitos da confissão, o que afastou a necessidade da produção de qualquer prova;

II - A Serraria Pica-Pau tornou-se revel, mas não sofreu os efeitos da confissão, por se tratar de matéria técnica, que, por força de lei, depende da produção de prova pericial;

III - A Serraria Pica-Pau apesar de revel, poderia intervir no feito, inclusive para oferecer quesitos para a prova pericial;

IV - A Serraria Pica-Pau apesar de revel, poderia intervir no feito, inclusive para oferecer contestação e quesitos para a prova pericial;

V - Leonardo deveria interpor agravo de instrumento contra a decisão interlocutória do Juiz, quando da determinação da produção da prova pericial;

VI - Leonardo deveria oferecer reclamação correicional, insurgindo-se contra a determinação da produção da prova pericial, eis que o ato subverte a boa ordem processual.

a) os itens I, II e III estão errados;
b) os itens IV, V e VI estão errados;
c) os itens I, III e V estão corretos;
d) os itens II e III estão corretos;
e) os itens II e IV estão corretos.

69) Luiz Otávio propôs reclamação trabalhista contra a empresa Telecéu S.A., pretendendo o pagamento da parcela relativa à participação na arrecadação do empregador, prevista na Leiº 19.022/95. Luiz Otávio foi vitorioso em sua pretensão. A empresa, não se conformando, interpôs recurso ordinário, mas a sentença foi confirmada, transitando em julgado em 22.07.2000. Em outubro de 2001, Luiz Otávio promoveu a liquidação da sentença, resultando no crédito líquido de R$ 100.000,00 (cem mil reais). A Lei nº 19.022/95 veio a ser declarada inconstitucional pelo STF em agosto de 2001. Depois de vários incidentes, em novembro de 2002 foi penhorado um imóvel da empresa, que opôs embargos à penhora e, em face do não acolhimento dos mesmos, interpôs recurso, recebido sem efeito suspensivo. Em dezembro de 2002, a empresa ajuizou ação rescisória.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **incorreta**:

I - Da decisão que julga embargos à penhora no processo do trabalho é cabível o recurso de agravo de petição, que só seria admitido com efeito suspensivo se delimitados, justificadamente, os valores e a matéria;

II - Da decisão que julga embargos à penhora no processo do trabalho é cabível o recurso de agravo de petição, que, no caso, seria admitido se apenas delimitada a matéria, eis que a sentença exeqüenda era líquida, e sem efeito suspensivo;

III - A ação rescisória poderia ser proposta por afronta ao disposto no inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal e, mediante requerimento de antecipação de tutela, pedir a suspensão da execução;

IV - Não seria cabível a ação rescisória, por já operada a decadência e, também, seria desnecessário o requerimento de antecipação de tutela, para pedir a suspensão da execução, já que o agravo de petição poderia ser recebido com efeito suspensivo;

V - Para pretender a suspensão da execução, a executada poderia propor ação cautelar, incidental à ação rescisória, com as provas documentais necessárias à aferição da plausibilidade de êxito na rescisão do julgado.

a) os itens II e III estão corretos;
b) os itens IV e V estão errados;
c) os itens I e V estão corretos;
d) os itens II e V estão errados;
e) os itens II e IV estão errados.

70) Jorge ingressa com reclamação trabalhista contra Sal do Mar S. A., pretendendo pagamento de salários retidos de junho de 2006, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), horas extraordinárias, no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), e 13º salário proporcional, na importância de R$ 300,00 (trezentos reais). A empresa nega o trabalho extraordinário e alega a existência de adiantamento superior aos salários retidos pretendidos e de justa causa para a dispensa de Jorge, o que tornou indevido o 13º salário proporcional. A defesa veio acompanhada dos cartões de ponto e dos recibos de pagamento, demonstrando a inexistência de horas extraordinárias a pagar. Nenhuma outra prova foi produzida. Encerrada a instrução, as partes celebraram acordo na importância de R$ 900,00 (novecentos reais), declarando que os valores estavam sento pagos a título de indenização. Notificado, o INSS ingressou no processo, dizendo que o acordo não era válido, sendo devidas as contribuições previdenciárias.

À vista do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **incorreta**:

I - Cabia ao INSS interpor recurso ordinário da homologação do acordo, já que a decisão não era irrecorrível com relação à Autarquia, mas o recurso deveria ser interposto no prazo de 10 (dez) dias;

II - Cabia ao INSS oferecer cálculos dos valores devidos pelas contribuições previdenciárias, já que a decisão não era irrecorrível com relação à Autarquia e estava evidente que a indenização paga representava exatamente os valores relativos os salários retidos e ao 13º salário proporcional;

III - Cabia ao INSS interpor recurso ordinário da homologação do acordo, já que a decisão não é irrecorrível com relação à Autarquia, mas o recurso deveria ser interposto no prazo de 16 (dezesseis) dias;

IV - Cabia ao INSS demonstrar o equívoco e exigir a inclusão do processo em pauta, para que as partes fossem ouvidas, já que a decisão que homologou o acordo não é irrecorrível;

V - Cabia ao INSS, nas razões de recurso, demonstrar o equívoco do enquadramento como parcela indenizatória, já que correspondia exatamente à soma dos valores devidos a título de salários retidos e de 13º salário proporcional.

a) os itens II e III estão corretos;
b) os itens IV e V estão errados;
c) os itens I e V estão corretos;
d) os itens III e V estão errados;
e) os itens II e IV estão errados.

71) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I - No sistema da persuasão racional, o juiz tem liberdade no exame das provas, devendo a conclusão ligar-se logicamente à apreciação jurídica daquilo que restou demonstrado nos autos;

II - Não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos, no processo como incontroversos, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade;

III - A inversão do ônus da prova aplica-se somente às relações de consumo de natureza civil, e não às de natureza penal, para as quais vigora a presunção de inocência do réu;

IV - Não são admitidas em juízo as provas obtidas por meios ilegais, exceto quando destinadas a provar fatos constitutivos do direito do autor;

V - O direito, ordinariamente não se prova, pois *jura novit curia*. Mas, quando a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, poderá o juiz exigir-lhe a respectiva prova.

Assinale a alternativa **correta**:

a) somente a proposição IV está incorreta;
b) somente as proposições IV e V estão incorretas;
c) todas as proposições estão corretas;
d) somente as proposições I e II estão corretas;
e) as proposições III e V estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

72) "Visto pelo aspecto institucional, *processo* é um sistema de técnicas instaladas no plano do direito, coordenadas por uma ciência específica e destinadas a pacificar pessoas ou grupos de pessoas envolvidas em conflitos jurídicos (conflitos que comportam solução segundo regras de direito). Nessa primeira acepção, o vocábulo *processo* designa o próprio ramo do direito que é o processual [...]

Em seu segundo significado e segundo a dogmática jurídica, *processo é um método de trabalho* referente ao exercício da jurisdição pelo juiz e dos poderes inerentes à *ação e defesa*, pelos sujeitos envolvidos no conflito. Esse método é definido pelos princípios e pelo direito positivo (ou seja pelo direito processual civil), dos quais resulta um *modelo* imposto aos litigantes - de modo que, em cada caso concreto de conflito, as diretrizes exigidas pela Constituição e definidas pela lei devem necessariamente estar presentes e ser observadas. O modelo delineado pela Constituição e leis de cada país, em cada momento de sua história, é o seu *processo*.

Em sua terceira acepção, o vocábulo processo designa a realidade fenomenológica da experiência dos juízes e das partes em relação a cada um dos incontáveis conflitos entre pessoas ou grupos, concretamente trazidos ao Estado-Juiz em busca de tutela jurisdicional. Cada *processo* que se instaura deve ser espelho do modelo posto de modo abstrato na Constituição e na lei, de modo que cada um deles seja em si um processo justo e équo - não se reputando tal quando se afastar do modelo." (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, 5ª edição, vol. II, Malheiros, 2005).

A partir do texto acima, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a resposta **correta**:

I - Um curso de direito processual é um curso de *processo*, ou seja, exame linear do sistema processual como um todo, em suas normas, em seus princípios, na razão de ser de cada uma das categorias jurídicas relacionadas com o acesso à justiça;

II - Entre as categorias jurídicas incluídas no estudo do direito processual estão a jurisdição, a defesa, a ação e, também, o *processo*;

III - Aos juízes, advogados e eventuais críticos cabe o trato dos processos na realidade da vida das pessoas;

IV - O direito processual, diferentemente do que ocorre com o *processo*, não guarda qualquer relação com os princípios constitucionais adotados em cada país;

V - A unidade fundamental do direito processual não admite, em nenhuma hipótese, sua divisão em ramos, pois perderia totalmente o objetivo técnico que levou a sua formação.

a) os itens II e III estão errados;
b) os itens IV e V estão corretos;
c) os itens I e V estão corretos;
d) os itens II e IV estão errados;
e) os itens I e II estão corretos.

73) Segundo a doutrina, a contestação pode ser oferecida como forma de defesa direta e/ou indireta. Como forma indireta, o Código de Processo Civil enumera as preliminares. Assinale a ordem seqüencial **correta** de argüição das preliminares:

a) inexistência ou nulidade da citação; incompetência absoluta; inépcia da petição inicial; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; convenção de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;

b) incompetência absoluta; inépcia da petição inicial; inexistência ou nulidade da citação; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; compromisso de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;

c) incompetência absoluta; inépcia da petição inicial; compromisso de arbitragem; carência da ação; inexistência ou nulidade da citação; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;

d) inexistência ou nulidade da citação; inépcia da petição inicial; incompetência absoluta; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; compromisso de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar;

e) inexistência ou nulidade da citação; inépcia da petição inicial; incompetência absoluta; perempção; litispendência; conexão; coisa julgada; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; compromisso de arbitragem; carência da ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar.

74) No curso da instrução processual, foi determinada a inspeção judicial. A respeito desta modalidade de prova, assinale a resposta não correta.

74) No curso da instrução processual, foi determinada a inspeção judicial. A respeito desta modalidade de prova, assinale a resposta **incorreta**.

a) independe de requerimento da parte, pois se destina a formação do convencimento do julgador;

b) o juiz irá ao local, onde se encontre a coisa, quando esta não puder ser apresentada em juízo, sem consideráveis despesas ou graves dificuldades;

c) pode ser realizada na forma de reconstituição dos fatos, determinada pelo juiz;

d) independe de comunicação às partes e o resultado da inspeção deverá ser resumido na sentença;

e) ao realizar a inspeção direta, o juiz poderá ser assistido por um ou mais peritos.

75) A respeito da prova pericial, assinale a alternativa **correta**:

a) o Juiz não poderá indeferir quesitos formulados pelas partes, pois o ato constituiria cerceamento de defesa;

b) os quesitos suplementares poderão ser apresentados a qualquer tempo;

c) o Juiz poderá nomear mais de um perito no mesmo processo, dentro da mesma área de conhecimento, se o volume de documentos a examinar for excessivo;

d) poderá ser realizada uma segunda perícia, quando o juiz entender que a matéria não está suficientemente esclarecida;

e) se a verificação for difícil, o juiz indeferirá a produção da prova pericial

76) A respeito da tutela específica e da antecipação de tutela, na forma do Código de Processo Civil, assinale a resposta **correta**:

a) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação, ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento;

b) sendo relevante o fundamento da demanda e havendo fundado receio de perecimento do direito, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada, prestada caução.

c) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela, desde que relevante o fundamento da demanda e presente a verossimilhança da alegação.

d) o juiz poderá impor multa diária ao réu, independente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para cumprimento do preceito, observado o limite de 180 (cento e oitenta) dias;

e) a tutela antecipada não poderá ser concedida com relação a outros pedidos cumulados, quando não demonstrado o perigo da demora, ainda que se mostrem incontroversos.

77) A respeito do duplo grau de jurisdição, assinale a resposta **correta**:

a) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, a decisão interlocutória que rejeita a preliminar de incompetência, contrariando a defesa da União, do Estado, do Distrito federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

b) é obrigatória a remessa dos autos ao Tribunal para reexame em duplo grau de jurisdição todas as vezes que proferida sentença contra a União, o Estado, o Distrito Federal, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

c) é obrigatória a remessa dos autos ao Tribunal para reexame em duplo grau de jurisdição todas as vezes que proferida sentença julgando procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública;

d) nos casos de decisão contrária aos interesses da União, do Estado, do Distrito federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público, desde que o interessado requeira, o juiz determinará a remessa dos autos ao Tribunal, ainda que a decisão esteja fundada em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente;

e) não haverá remessa dos autos ao Tribunal para reexame necessário em duplo grau de jurisdição sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução da dívida ativa do mesmo valor.

78) A respeito do que pode ocorrer imediatamente depois de proferida a sentença, assinale a resposta **incorreta**:

a) servirá a sentença como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prevista na Lei de Registros Públicos;

b) a sentença condenatória produz hipoteca judiciária, pendente de arresto de bens do devedor;

c) a sentença condenatória produz hipoteca judiciária, ainda quando o credor possa promover execução provisória da sentença;

d) a sentença condenatória produz hipoteca judiciária, desde que seja certa e líquida, a fim de permitir o arresto de bens do devedor;

e) a sentença pode ser corrigida pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, com relação às inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo.

79) Com relação ao arresto, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a resposta **correta**:

a) é cabível quando o devedor, que possui bem de raiz, tenta transferi-lo para terceiro ou dá-lo em anticrese, ficando apenas com o imóvel residencial, impenhorável;

b) é cabível quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, hipotecá-los ou dá-los em anticrese, sem ficar com algum ou alguns, livres e desembargados equivalentes às dívidas;

c) é cabível quando o devedor, tendo domicílio certo, substitui o local de residência e aliena os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado;

d) é cabível quando o devedor, não tendo domicílio certo, deixa transparecer, furtivamente, que irá se retirar da localidade, não deixando bens;

e) é cabível quando o devedor põe ou tenta por os seus bens em risco de perda, com o objetivo de frustrar a execução ou lesar os credores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

80) Osama bin Laden solicitou, formalmente, asilo político ao Brasil, dizendo-se perseguido. O Governo Brasileiro, tendo em vista as informações internacionais de que se tratava de terrorista, negou o pedido. Estava o Governo Brasileiro obrigado a conceder o asilo político? Diante do enunciado do problema, assinale a resposta **correta**:

a) o Brasil não estava obrigado a receber o Sr. Osama bin Laden, em face do princípio da não-intervenção nas questões dos Estados estrangeiros;

b) o Brasil deveria ter concedido asilo, eis que os atos praticados foram meramente políticos;

c) o Brasil deveria ter concedido asilo, já que os atos alegadamente praticados pelo Sr. Osama bin Laden destinavam-se ao direito de seu grupo residente no deserto;

d) o Brasil não estava obrigado a receber o Sr. Osama bin Laden, em face do princípio constitucional de repúdio ao terrorismo e ao racismo;

e) o Brasil estava obrigado a receber o Sr. Osama bin Laden, pois todos os atos por ele praticados, segundo as informações internacionais, destinavam-se à defesa da paz.

81) O Poder Executivo comunicou ao Congresso Nacional que, por desavenças, o Brasil estaria se retirando do MERCOSUL, para integrar exclusivamente a ALCA. O Congresso Nacional promoveu uma moção de repúdio à proposta e negou autorização para o procedimento. Assinale a resposta **correta**:

a) o ato praticado pelo Congresso foi meramente político, pois competia ao Poder Executivo estabelecer a condução da política externa do país;

b) o ato praticado pelo Congresso estava correto, pois um dos princípios das relações internacionais do Brasil diz respeito à integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações;

c) o ato praticado pelo Congresso não estava correto, pois um dos princípios das relações internacionais do Brasil diz respeito à integração econômica, política, social e cultural dos povos das Américas, pouco importando a origem latina;

d) o ato praticado pelo Congresso foi político, pois competia ao Poder Executivo estabelecer a condução da política externa do país, que poderia propor a convocação de assembléia extraordinária para deliberação a respeito;

e) o ato praticado pelo Congresso foi correto, presumindo-se que, com base em parecer técnico, a melhor opção, naquele momento, era aderir à ALCA, ainda que o MERCOSUL pudesse prosseguir sem o Brasil.

82) As constituições modernas demonstram a preocupação dos Estados com a integridade da família, na pessoa de cada um dos seus integrantes, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Diante disso, nos termos da Constituição Federal da República do Brasil, a respeito de seu Capítulo VII é **correto** dizer que:

a) o casamento é civil e gratuita sua cerimônia, não sendo admitido casamento religioso;

b) para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre os integrantes da sociedade, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento, independentemente de sua origem;

c) fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar será incentivado pelo Estado, que propiciará recursos educacionais e científicos para o convencimento da população, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas;

d) a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

e) os programas de amparo aos idosos serão executados de forma coletiva, sendo garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta anos.

83) A preocupação moderna com a importância da proteção do meio ambiente, levou diversos países a criar mecanismos de proteção ao sistema de equilíbrio ecológico. No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, a situação não foi diferente, pois, como acentuou José Afonso da Silva "a questão permeia todo o seu texto, correlacionada com os temas fundamentais da ordem constitucional" (*Direito ambiental constitiucional*, 2ª ed. São Paulo, Malheiros, 1995, p. 25-6). Em face disso, segundo a Constituição Federal da República do Brasil, é **incorreto** dizer:

a) compete a toda a sociedade proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

b) incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

c) o controle da produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente é incumbência do poder público;

d) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

e) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

84) Com relação ao controle da constitucionalidade, é **incorreto** afirmar que:

a) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de âmbito nacional;

b) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal;

c) a ação declaratória de constitucionalidade, tratando de matéria fazendária, só poderá ser proposta pelo Presidente da República, pelo Procurador-Geral da República e pelos Governadores de Estado e do Distrito Federal;

d) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado;

e) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

85) No direito administrativo, regra geral, produzem efeitos *ex nunc*, os atos:

a) nulos;
b) revogados;
c) anulados;
d) inexistentes.
e) nenhuma das respostas anteriores.

86) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I – Os atos discricionários, se forem motivados, ficam vinculados a esses motivos como causa determinante de seu cometimento e se sujeitam ao confronto da existência e legitimidade dos motivos indicados. Trata-se da aplicação da teoria dos motivos determinantes;

II – O ato ilegal pode ser anulado, tanto pela Administração como pelo Judiciário;

III – Nos atos punitivos de atuação interna, em relação à disciplina de seus servidores, segundo o regime jurídico a que estão sujeitos, o Poder Público age com larga margem discricionária, quer quanto aos meios de apuração das infrações, quer quanto à escolha da penalidade e à graduação da pena, desde que conceda ao interessado a possibilidade de defesa;

IV – São atributos do ato administrativo, a presunção de legitimidade e a auto-executoriedade;

V - A estabilidade é um atributo pessoal do servidor. Daí decorre que a estabilidade não é no cargo, mas no serviço público.

a) todas as proposições estão corretas;
b) todas as proposições estão incorretas;
c) apenas a proposição V está incorreta;
d) apenas as proposições I, II e III estão corretas;
e) apenas as proposições I e II estão corretas

DIREITO PENAL

87) Danilo, gerente de loja, sob ameaça de violência física, é compelido por seus subordinados a fechar o estabelecimento antes do término da jornada, a fim de se manifestarem, juntamente com outros colegas, na via pública, por aumento de salário. Ressalte-se que a greve não fora deflagrada.
A hipótese configura:

a) contravenção;
b) atentado contra a liberdade de trabalho;
c) boicote violento;
d) fato atípico;
e) extorsão indireta.

88) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I - Comete crime de apropriação indébita previdenciária, aquele patrão que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional;

II - Nos crimes culposos não se admite a tentativa;

III - O desconhecimento da lei é circunstância atenuante.

a) todas as alternativas estão corretas;
b) todas as alternativas estão incorretas;
c) apenas a alternativa I está correta;
d) apenas as alternativas I e III estão corretas;
e) apenas as alternativas I e II estão corretas.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

89) Em relação à Organização Internacional do Trabalho - OIT, analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I – A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão supremo da OIT, responsável pela regulamentação internacional do trabalho;

II - A Convenção 87 da OIT tem por objetivo estimular o livre exercício da associação sindical promovendo a independência dos sindicatos. Ainda não foi ratificada pelo Brasil;

III - As normas elaborados pela OIT, consubstanciadas nas recomendações e convenções, acabam por se transformar num Código Internacional de Trabalho, à medida que forem ratificadas as convenções e as recomendações transformadas em lei;

IV – As convenções não correspondem a leis supranacionais, porque por si só não possuem eficácia jurídica no direito interno dos Estados-membros da OIT.

a) todas as proposições estão corretas;
b) todas as proposições estão incorretas;
c) apenas três proposições estão corretas;
d) apenas duas proposições estão incorretas;
e) apenas uma proposição está correta.

90) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:

a) às leis complementares;
b) às emendas constitucionais;
c) às leis ordinárias;
d) às portarias;
e) às normas coletivas.

91) À luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, em havendo conflito de leis trabalhistas no espaço, aplicar-se-ão:

a) as leis vigentes do local da contratação;
b) as leis vigentes no país da prestação de serviço;
c) a legislação escolhida pelo empregador, em razão do *jus variandi*;
d) as regras da Convenção 87 da OIT;
e) as regras do “dumping social”.

DIREITO CIVIL

92) Analise a questão proposta, à luz do art. 110 do Código Civil e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

Roberta odeia animais, principalmente, o gato de estimação de seu filho; certo dia, o bicho foge. Intimamente, ela torce para jamais recuperar o gato, mas publica anúncio no jornal do bairro, prometendo um prêmio de recompensa para quem devolver o animal. Ela confidencia a seu vizinho que anunciara o prêmio apenas por desencargo de consciência, já que, na verdade, não deseja reaver o animal. Dias depois, o vizinho encontra o gato e exige de Roberta a recompensa prometida.

a) Roberta deve pagar a recompensa ao vizinho, porque consumado o negócio jurídico;

b) o vizinho sabia da reserva mental de Roberta e a promessa de recompensa não precisará ser paga;

c) o ato é nulo e não produzirá efeitos;

d) inexiste negócio jurídico capaz de garantir a indenização;

e) o negócio é inválido, porque inobservada forma essencial.

93) O conceito de "*nemo potest venire contra factum proprium" (*a proibição de comportamento contraditório) nos negócios jurídicos, visando evitar que uma parte do contrato adote um ato em contradição com conduta anterior , e acabe por confundir a outra, obtendo, com isso, alguma vantagem, tem sua essência no princípio:

a) Princípio da autonomia da vontade;
b) Princípio do contraditório;
c) Princípio do consensualismo;
d) Princípio da boa-fé objetiva;
e) Princípio da culpa subjetiva.

94) O prazo para se pleitear a anulação do negócio jurídico é de:

a) decadencial, de 2 anos;
b) prescricional, de 5 anos;
c) decadencial, de 4 anos;
d) prescricional, de 2 anos;
e) decadencial, de 3 anos.

95) Em relação à sociedade cooperativa, assinale a alternativa **incorreta**:

a) apresenta indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade;

b) tem por característica a variabilidade ou dispensa do capital social;

c) cada sócio tem direito a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;

d) o *quorum* para a assembléia geral funcionar e deliberar é fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;

e) tem, por força legal, a natureza de sociedade empresária.

DIREITO COMERCIAL

96) Sobre a "*Disregard Doctrine*, analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I – A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, também denominada "*disregard of legal entity",* começou a viger no Código Civil de 1916, e estabelecia que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros;

II – O primeiro diploma legal brasileiro a acolher essa teoria foi o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90);

III - O atual Código Civil estabelece que, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, o julgador pode estender os efeitos de determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;

IV - A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração;

a) todas as proposições estão incorretas;
b) todas as proposições estão corretas;
c) apenas a proposição I está incorreta;
d) apenas as proposições II e IV estão corretas;
e) apenas as proposições II e III estão corretas.

97) Em relação à nova lei de falência (Lei 11.101/2005), assinale a alternativa **incorreta:**

a) o empresário devedor não pode requerer sua autofalência;

b) os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa;

c) tem-se por termo legal da falência o período anterior à sentença de falência dentro do qual a lei pressupõe que o devedor já estaria em estado de insolvência, gerando uma presunção absoluta, e, logo, não suscetível de ser afastada por prova em sentido contrário;

d) o regime falimentar está assentado em dois princípios processuais: o da universalidade e o da unidade do juízo da falência;

e) um dos importantes efeitos da falência é o vencimento antecipado de todos os créditos havidos contra o falido.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

98) **Não** é considerado benefício previdenciário:

a) salário-família;
b) salário-maternidade;
c) auxílio-reclusão;
d) auxílio-acidente;
e) seguro-desemprego.

99) Em relação à aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa **correta**:

a) Não pode ser concedida a segurado que esteja em gozo de auxílio-doença;

b) Se a invalidez do segurado decorre de doença ou lesão preexistentes à filiação, o benefício não será concedido;

c) Pode ser concedida sem perícia médica, bastando atestado de médico particular;

d) O aposentado por invalidez não pode recuperar sua capacidade laborativa;

e) A renda mensal deste benefício é equivalente a 91% do salário benefício.

91)

100) Admite-se, para fins de prestações previdenciárias, como reconhecimento do tempo de serviço, a existência de vínculo empregatício entre o filho que contrata a própria mãe como empregada doméstica? Assinale a reposta **correta**:

a) não, porque, em direito, a fraude é sempre presumida;

b) não, porque o direito a prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos;

c) sim, mas o reconhecimento do vínculo de natureza trabalhista não produz efeitos na esfera previdenciária;

d) não, porque há óbice legal que impede o vínculo empregatício entre mãe e filho;

e) sim, pois inexiste proibição legal. Em ocorrendo contrato de trabalho doméstico entre mãe e filho, é ela segurada obrigatória para todos os efeitos legais.